

O DISPOSITIVO: LEITURAS DE FOUCAULT, DELEUZE, AGAMBEN E SERRES.

Bruno Henrique Alvarenga Souza¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as diferentes leituras praticadas por filósofos do conceito de “dispositivo”. Desde que foi cunhado por Michel Foucault, em meados da década de setenta, o dispositivo se disseminou no pensamento contemporâneo e tornou-se chave para a compreensão das instituições e estruturas formadoras da sociedade humana. Pretendemos situar em torno da época presente e seus dispositivos específicos, tais como o arquivo e a tecnologia, o debate entre alguns filósofos contemporâneos, notadamente Gilles Deleuze, Giorgio Agamben, Michel Serres e o próprio Foucault, tendo como intuito evidenciar seus diferentes modos de pensar e compreender nosso tempo.

Palavras-chave: Dispositivo, Contemporâneo, Tecnologia, Arquivo.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the different readings practiced by philosophers about the concept of “Apparatus”. Since it was coined by Michel Foucault, in the mid-1970s, the apparatus spread amidst the contemporary thought and became a key element for the comprehension of the institutions and structures that builds human society. We intend to situate around the present society and its specific apparatus, such as the archive and technology, some contemporary philosophers’ debate, specifically Gilles Deleuze, Giorgio Agamben, Michel Serres and Foucault himself, aiming to evince their different ways of thinking and understand our age.

Keywords: Apparatus, Contemporary, Technology, Archive.

Nietzsche afirmava que a filosofia autêntica só poderia nascer de uma atitude intempestiva do pensador, ou seja, quando este se coloca à frente e contra seu tempo, fugindo das amarras do comum e do banal que o aprisionam em sua própria época. É por meio desse olhar inatual que o pensador torna-se capaz de diagnosticar seu presente de forma decisiva. Em relação à sociedade contemporânea, diagnósticos diversos e opostos têm sido feitos: muitos veem com desconfiança o avanço das novas

¹ Mestrando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista pela FAPEMIG. Contato: alvarengabruno6@gmail.com.

tecnologias e pressentem a ascensão de uma sociedade presentista que tende à catástrofe; outros postulam com otimismo a possibilidade de resistência através da emancipação que os novos meios de comunicação permitem.

Numerosos e heterogêneos também têm sido os conceitos criados com o propósito de compreender e classificar esse novo tempo: “cybercultura”, “velocidade”, “multimídia” etc. Alguns são antigos conceitos que, transformados, passaram a ter no pensamento contemporâneo novas facetas: este é o caso do “dispositivo”. Por seu caráter operativo, propiciando leituras de diversos mecanismos estruturantes da sociedade, o dispositivo, desde que foi conceituado por Michel Foucault nos anos setenta, se disseminou no pensamento contemporâneo e tornou-se chave funcional para a compreensão das formas de poder e gestão dos indivíduos na sociedade presente.

Neste artigo pretendemos situar as discussões sobre a sociedade contemporânea e seus mecanismos de funcionamento em torno dos dispositivos, dando especial ênfase à tecnologia e ao arquivo. Em um primeiro momento vamos expor a conceituação que o próprio Foucault faz do dispositivo, levando em conta sua posição operatória na obra do filósofo; depois faremos uma breve explanação sobre a sociedade de controle e seus dispositivos específicos; por fim, proporemos o embate entre leituras diversas do conceito, tendo como objetivo indicar suas possibilidades de emancipação e compreender seu funcionamento no tempo presente.

O dispositivo de Michel Foucault

Distingue-se na obra de Michel Foucault, de maneira mais ou menos cronológica, três momentos em torno dos quais se orientam suas análises. O primeiro momento, o eixo do “saber”, é caracterizado por uma arqueologia dos saberes e seus discursos – essa primeira fase estende-se de *A história da loucura* (1961) até *A arqueologia do saber* (1969). O segundo momento abarca o eixo do “poder”, compreendendo *Vigiar e punir* (1975) e *A vontade de saber* (1976), primeiro volume de sua “História da Sexualidade”. Nesse período, Foucault tem por método uma genealogia que analisa as relações de força e práticas de poder e suas conexões com o saber. Já nos dois últimos livros, *O uso dos prazeres* (1984) e *O cuidado de si* (1984), Foucault passa a opor a objetivação do homem pelo saber exterior e por regras morais coercitivas à constituição de uma subjetividade e de uma ética através dos cuidados de si mesmo:

aparece então o eixo do “sujeito”. Foucault cunha em cada uma dessas fases um conceito correspondente para definir seus objetos de análise. Assim, denomina *episteme* as formações discursivas e suas relações com os saberes e suas práticas; chama de *modos de subjetivação* as técnicas que o sujeito utiliza para se constituir, objetos de análise de seus últimos livros. É na fase do “poder” que Foucault formula o fundamental conceito de *dispositivo*.

A partir de *Vigiar e punir* (1975), quando há no pensamento de Foucault uma mudança da perspectiva arqueológica do saber para uma genealogia do poder, o dispositivo adquire um papel central. Em suas análises da disciplina e da sexualidade, o filósofo fala de dispositivos carcerários, dispositivos de poder, dispositivos de saber, dispositivos da aliança, dispositivos da verdade etc. Mas, apesar da larga aparição nos livros dessa fase, Foucault não define o conceito de dispositivo a não ser em uma entrevista de 1977 dada à revista *Ornicar?*, dirigida pelo psicanalista Jacques-Alain Miller. Nessa entrevista Foucault demarca o dispositivo como a rede entre um conjunto heterogêneo de relações entre o dito e o não-dito: discursos, instituições, leis, enunciados científicos, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Esses componentes do dispositivo mudam frequentemente de posição, modificam suas funções, operam uma espécie de jogo. O dispositivo é dinâmico: um discurso pode servir de programa a uma instituição mas, de forma contrária, também funcionar para encobrir alguma prática que permanece silenciada. Tendo como principal razão de sua gênese a função de responder a uma urgência, o dispositivo nunca aparece do nada, tem sempre uma função estratégica.

Foucault também explica nessa entrevista o porquê de, com a mudança de perspectiva iniciada em sua obra em *Vigiar e punir*, suas análises passarem a ter por objetos dispositivos e não mais *epistemes* ou formações discursivas, como na época de *Arqueologia do saber* e *As palavras e as coisas*. Segundo Foucault, o método arqueológico que orientou suas análises do saber, por estar encerrado no limite do discursivo, não o permitia empreender uma análise do poder, já que este compreende, além do dito das formações discursivas, o não-dito das instituições. Desse modo, Foucault passa a descrever e analisar vários tipos de dispositivos: formações de caráter mais geral, que englobam a *episteme* e as formações de saber, mas que também dão conta dos elementos não discursivos constitutivos do poder².

² Cf. FOUCAULT. *Microfísica do poder*, pp. 243-276.

Demoraram-se oito anos para que Foucault publicasse o segundo volume de sua “História da Sexualidade”, *O uso dos prazeres* (1984). Nesse livro e no próximo, *O cuidado de si* (1984), as análises de Foucault voltam-se para o que ele chama de “modos de subjetivação”, isto é, às práticas de si que levam à constituição da subjetividade. Essa última fase de Foucault gerou controvérsias, principalmente para os que viam no filósofo aquele que um dia professou “ a morte do homem”. Na verdade, o homem o qual Foucault concebeu a morte era o homem do humanismo, o sujeito cartesiano fundador e causa presente nas ciências humanas e na fenomenologia. Quando Foucault pensa a subjetividade como produto das técnicas de si e processo de constituição ética, ele está estabelecendo um sujeito que não é mais o sujeito idêntico a si mesmo, o sujeito substância, mas sim um sujeito-forma, fruto de um processo dinâmico e histórico. Nesse contexto o dispositivo deixa de ser um lugar onde atuam apenas forças e relações de poder e saber para ser também um produtor de sujeitos.

A interrupção drástica da obra devido ao falecimento precoce de Foucault deu aos filósofos próximos ao seu pensamento a tarefa de desenvolver as questões suscitadas por essa nova concepção de dispositivo.

O dispositivo na sociedade de controle: tecnologia e arquivo

Foucault descreveu e caracterizou os dispositivos em dois tipos de sociedade: a soberana e a disciplinar. As sociedades de soberania tinham por característica a dominação e apropriação dos bens, dos produtos, do tempo, da fidelidade dos súditos, por um soberano legitimado através de um poder transcendente (direito divino dos reis, conquista do território, hereditariedade) e que detinha também o privilégio de decidir sobre a vida e morte de seus subordinados. Essa sociedade deu lugar a um outro tipo de sociedade, a sociedade disciplinar, que se fez dominante por volta do século XVIII e atingiu seu apogeu no início do século XX. A sociedade disciplinar procede por organização mais que apropriação, seu objetivo é gerir a vida ao invés de ordenar a morte, seus dispositivos abarcam meios fechados que procuram disciplinar os corpos ao invés de destruí-los. Escolas, fábricas e prisões surgem atendendo a diferentes urgências e estabelecendo variáveis estratégias, mas sempre tendo como objetivo geral tornar os corpos dóceis, submetê-los ao jugo não de um soberano, mas de um poder relacional indeterminado. No final da década de setenta, nos

cursos que ministrou no Collège de France, Foucault deu especial ênfase ao que chamou de “biopoder”: ou seja, essa forma de gestão da vida e das populações com o objetivo de administrar e aumentar suas forças, distribuindo-as em um campo de valor e utilidade³.

É a partir dessa gestão e administração da vida que Gilles Deleuze vai propor a ideia de que hoje encontramos-nos num período de transição ou início de um novo tipo de sociedade, não mais pautada na referência a um soberano capaz de decidir sobre a vida e a morte nem nos locais fechados encarregados de fazer obedecer os corpos. Embora ainda existam resquícios da soberania e da disciplina no presente, estamos mais voltados para uma sociedade diferente, aberta, na qual os limites são indefinidos e o controle é contínuo. Deleuze a nomeou “Sociedade de Controle”⁴.

Na era do controle, ao contrário da sociedade disciplinar em que sempre se estava começando alguma coisa (da família para a escola, da escola para a caserna, da caserna para o trabalho), nunca se termina nada. A independência dos meios de confinamento disciplinares é substituída pela contiguidade, modulação e o tempo contínuo do controle. Os dispositivos sofrem alterações profundas. O dispositivo hospitalar, por exemplo, passa a trabalhar na profilaxia de patologias mais que em seu tratamento; as instalações físicas dinamizam-se: aparecem as clínicas móveis, os médicos a domicílio. No dispositivo educacional a formação permanente desfaz a escola como objetivo terminável e conecta-a diretamente com o dispositivo econômico da empresa, que por sua vez se sobrepõe à fábrica e à massa trabalhadora através da rivalidade imposta aos indivíduos pelos sistemas de premiação. Essa sociedade incentiva um aprimoramento infinito do profissional, atrás do qual se esconde um controle perpétuo de seus objetivos e motivações. O capital não é mais questão de produção, mas de produto: o objetivo é a venda, o negócio. O dispositivo midiático e do marketing passam então a ter papel fundamental.

Continuamos, portanto, imersos em dispositivos. Quando Deleuze escreveu sobre as sociedades de controle, em 1990, não havia ainda vivenciado (embora houvesse, talvez, pressentido) as consequências radicais da revolução tecnológica iniciada pela internet. Se o dispositivo é a rede formada pelo entrelaçamento de ditos e não-ditos, arquiteturas e discursos, leis e equipamentos, temos atualmente a rede por excelência, a “web”. A presença quase absoluta da internet em nosso cotidiano transformou-a talvez no mais poderoso e eficiente dispositivo da história. A conexão

³ CASTRO. *Introdução a Foucault*, p. 103.

⁴ DELEUZE. *Conversações*, pp. 223-230.

simultânea de todo o planeta em uma rede única e descentralizada leva ao extremo a ausência de limites e divisas, pressupondo assim o estabelecimento de um controle onipresente, onisciente e quase onipotente. Controla-se através dos reality shows, das câmeras de vigilância, dos vídeos íntimos liberados na rede, dos cartões de crédito. Servindo-se dos mais variados aparatos tecnológicos como dispositivos de controle particular – celulares, televisões, computadores em diversos formatos –, o poder se exerce sobre os indivíduos de maneira perpétua. Mas o controle, como forma característica do poder em nossa sociedade, é necessário dizer, não está subjugado a um proprietário único, a um Estado, a uma organização financeira dominante: ele se dá na esfera do micro, em um conjunto infinito de relações sem ponto central. Cada um de nós controla o outro usando de informações privilegiadas; todos utilizamos e nos relacionamos com outro poderoso dispositivo no contemporâneo: o arquivo.

Foucault, em *A arqueologia do saber* (1969), se refere ao arquivo como “conjunto de discursos efetivamente enunciados”⁵, isto é, como processo através do qual se configuram e se atualizam os enunciados. O arquivo deixa então de ser apenas um local físico onde se acumulam memórias, documentos e informações, para se situar não apenas no âmbito do que é efetivamente dito, mas também como possibilidade da emergência de novos dizeres⁶. Essa nova compreensão do arquivo transpassa a distinção rígida entre a memória oficial, registrada em documentos de instituições públicas, e a memória dos indivíduos, representada pelos pequenos acúmulos e registros pessoais⁷. Se na sociedade de soberania o arquivo estava sempre nas mãos do soberano, que o detinha como ferramenta de juízo sobre seus súditos, e se na sociedade disciplinar o arquivo, como entrelaçamento do poder e do saber, ainda permanecia restrito a determinadas instituições e discursos que o legitimavam, na sociedade de controle o arquivo espalha-se, fica à mercê de todos indivíduos ao mesmo tempo em que os subjuga. O arquivo pessoal na sociedade contemporânea serve para dar voz a estórias fora da História oficial, mas também para se apropriar dessas mesmas estórias para uso do controle. Se hoje a ausência de limites possibilita ações antes inviáveis, se o arquivo pode ser alcançado com mais facilidade, ele também passa a *alcançar* com a mesma eficiência. Os bancos de dados e registros são igualmente globais e múltiplos: busca-se

⁵ FOUCAULT. *A arqueologia do saber*, p. 145.

⁶ Podemos dizer que, com o deslocamento das análises de Foucault de uma arqueologia dos saberes para uma genealogia do poder, o arquivo passou a comportar também o regime do que não é dito, isto é, torna-se, conceitualmente, um dispositivo.

⁷ MARQUES. *Ficções do arquivo e o literário contemporâneo*.

informações sobre compradores em plataformas de controle de crédito, tem-se acesso a currículos de candidatos em ferramentas digitais produzidas especificamente para esse fim, as redes sociais transformam-se em dossiês sobre os interesses e o caráter do indivíduo. Seguindo uma característica geral da sociedade de controle, também no arquivo as esferas do público e do privado, antes delimitadas pelo regime disciplinar, atravessam-se. O que antes era exclusividade do âmbito particular cai em domínio público.

O ideal da sociedade de controle é o arquivo total, o que pressupõe por sua vez uma memória infinita, uma apropriação total do passado que impossibilita voltar-se para o futuro e mesmo viver o presente. Paolo Virno afirma que o indivíduo de hoje contempla o “agora” como “em seguida” ao mesmo tempo em que conclui ser “muito tarde para fazer algo melhor”⁸. Há então uma sacralização do passado que afeta o presente e produz uma espécie de fúria colecionista, levando o homem contemporâneo a “arquivar” o que imediatamente vive. O cenário que se pinta com o desenvolvimento tecnológico e a globalização do arquivo pode ser dos mais obscuros, pelo menos quando observado por esse prisma.

O dispositivo de Giorgio Agamben: dessubjetivação e profanação

Talvez seja esse lado sufocante dos dispositivos que enxergue Giorgio Agamben em sua leitura do tempo presente. Ampliando consideravelmente o conceito, Agamben elabora uma divisão simples da sociedade em dois grupos de classes: os seres (ou substâncias) e os dispositivos que os governam e orientam. Assim, tudo que de certa forma regule a existência dos seres é chamado por Agamben de dispositivo: as prisões, os manicômios e as escolas, mas também a linguagem, o Google e o telefone celular. Do embate entre os seres e os dispositivos surgem os processos de subjetivação analisados por Foucault em sua última fase. Ser e sujeito naturalmente se sobrepõe em algum momento, mas não sempre. Um mesmo ser pode habitar diversos processos de subjetivação: é, ao mesmo tempo, internauta, escritor, motorista, usuário de telefones celulares, apreciador de vinhos. A proliferação de dispositivos origina então uma

⁸ VIRNO. *El recuerdo del presente: ensayos sobre ele tempo histórico*, p. 21.

simétrica proliferação de processos de subjetivação, o que acaba por mascarar a identidade pessoal.

Para Agamben, na sociedade contemporânea o problema é ainda mais grave. Os dispositivos constituintes do nosso tempo não mais produzem processos de subjetivação como na sociedade disciplinar descrita por Foucault, que apesar de ter por objetivo produzir corpos dóceis, produzia-os livres. Na sociedade de controle o resultado dos dispositivos é a dessubjetivação. No mundo da televisão, dos telefones celulares, do arquivo total, a subjetividade desaparece atrás de números e índices de audiência. Agamben então considera ingênuos os discursos bem intencionados que defendem a aplicação da tecnologia de um “modo correto”:

Esses discursos parecem ignorar que, se a todo dispositivo corresponde um determinado processo de subjetivação (ou, neste caso, de dessubjetivação), é totalmente impossível que o sujeito do dispositivo o use “de modo correto”. Aqueles que têm discursos similares são, de resto, o resultado do dispositivo midiático no qual estão capturados⁹.

Agamben credita a essa nova configuração dos dispositivos o “eclipse da política” (os movimentos e os grupos políticos sofrem de uma crise identitária, não há mais burguesia, movimento operário etc.) e a apreensão da máquina governamental em um giro infinito que visa apenas a reprodução de si mesma. A dessubjetivação leva a um aparente paradoxo. O homem comum, aquele que se submete docilmente aos dispositivos de controle e tem sua vida manejada por estes nos mais ínfimos detalhes, passa a ser aos olhos do governo um terrorista virtual. O governo por sua vez também encontra dificuldades frente à proliferação de dispositivos e ao inapreensível que foge do controle justamente quando seus cativos se encontram mais dóceis (isso não significa que, por si só, esse inapreensível seja revolucionário e contestador da máquina governamental). Para Agamben, a sociedade contemporânea assiste a ascensão de uma força que governa e submete apenas para governar e submeter, transformando-se então em uma *oikonomia* desmedida que levará à catástrofe.

⁹ AGAMBEN. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*, p. 48.

O diagnóstico de Agamben sobre o funcionamento dos dispositivos é duro¹⁰. Uma crítica virulenta ao presente e às novas tecnologias permeia toda a reflexão do filósofo, que em determinado momento chega mesmo a afirmar ter desenvolvido um “ódio implacável” pelo dispositivo telefone celular¹¹. Mas, apesar do pessimismo, há uma saída: restituir ao uso comum o que é capturado e separado pelos dispositivos. Agamben propõe o que ele chama de “profanação”: devolver ao humano o que é destinado apenas aos deuses, ou seja, fazer retornar aos sujeitos o que é apartado pelos dispositivos. Na atual fase do capitalismo, na sociedade de controle, o que foi separado do uso comum encontra-se estocado no consumo, e o consumo é justamente a incapacidade de usar, a impossibilidade de profanar. A solução é desativar os dispositivos em seu lugar costumeiro, invertê-los, liberando assim as possibilidades de uso que eles impedem. Encontrar formas de profanação no improfanável das sociedades de controle é para Agamben “a tarefa política da geração que vem”¹².

O dispositivo de Gilles Deleuze: o arquivo como possibilidade do novo

Para compreender essa profanação dos dispositivos talvez seja interessante retomar (e mesmo confrontar com Agamben) a concepção de Gilles Deleuze do dispositivo: um conjunto múltiplo, espécie de novelo composto de linhas que se bifurcam, que se partem e mudam de direção.

Segundo Deleuze¹³, o dispositivo tem quatro dimensões. As duas primeiras, pertencentes à dimensão do Saber, são as curvas de visibilidade e curvas de enunciação. Há em todo dispositivo um regime do que é visto, arquiteturas e mecanismos, e o regime do que é falado, discursos e programas. Essas curvas que apontam para o que é visto e para o que é falado se misturam e exercem funções cambiantes em cada dispositivo, podendo atravessar linhas políticas, estéticas, científicas etc. A terceira dimensão dos dispositivos é a dimensão das linhas de forças: são as linhas do poder. As

¹⁰ Georges Didi-Huberman faz uma contundente crítica ao caráter muitas vezes apocalíptico das análises de Giorgio Agamben sobre o contemporâneo. Segundo Didi-Huberman, atravessa os textos de Agamben uma visão desesperançada de destruição da experiência no presente seguida por uma possível redenção final transcendente, o que faz com que Agamben ignore as pequenas luzes, os “vaga-lumes”, da resistência política. Cf. DIDI-HUBERMAN. *Sobrevivência dos vaga-lumes*, p. 77.

¹¹ AGAMBEN. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*, p. 42.

¹² AGAMBEN. *Profanações*, p. 71.

¹³ DELEUZE. *Two regimes of madness*, p. 338-349.

linhas de força estão localizadas no “entre” das curvas anteriores e são inseparáveis destas. As relações de forças transpassam de um ponto a outro do dispositivo e, indizíveis e invisíveis, mesclam-se ao que é visto e dito. A quarta dimensão é a dimensão da subjetividade, composta pelas linhas de subjetivação. Deleuze chama a atenção para o fato de que a dimensão da subjetividade se originou da crise no pensamento de Foucault entre a publicação de *A vontade de saber* e *O uso dos prazeres*. Quando os dispositivos parecem reduzidos às relações de poder e às linhas de força intransponíveis, Foucault é obrigado a traçar um novo mapa, encontrar um possível que permita mover suas análises e indique uma saída para o aparente fechamento no conjunto saber/poder. É justamente aí que surgem os modos de subjetivação.

Linhas de subjetivação se formam quando as linhas de força se dobram sobre si mesmas ao invés de constituir relação com outras linhas de força. Desse modo, a subjetivação não é algo já preexistente, mas um processo que se origina no dispositivo quando este permite que algo escape às forças estabelecidas e aos saberes constituídos. Cada dispositivo tem critérios imanentes de funcionamento. Sobre uma linha de forças pode se destacar uma linha de subjetivação que subverte a primeira, mesmo que depois essa mesma linha que produz o sujeito também venha a se tornar linha de força e se voltar novamente à constituição de poderes e saberes. As linhas de um dispositivo são linhas de variação, não possuem coordenadas constantes; as subjetivações então podem surgir de diferentes modos em diferentes sociedades. Foucault citava a cidade ateniense como o primeiro dispositivo no qual emergiu uma subjetivação. Na linha de força do governo de um homem sobre outro emergia a linha de fuga segundo a qual o homem que governa os outros precisa também governar a si mesmo. A partir desse governo de si se inicia um processo de subjetivação.

Na leitura de Agamben, são justamente essas linhas de subjetivação que deixam de existir na sociedade contemporânea e dão lugar à dessubjetivação característica de nosso tempo. Mas, a despeito dessa posição radical em que os dispositivos são colocados em sua totalidade como capturados pelo poder e sua forma atual de controle, ainda há, como vimos, a possibilidade da “profanação” para desobstruir as linhas de subjetividade.

Deleuze aponta que a filosofia dos dispositivos gera duas consequências importantes. A primeira é o repúdio aos universais: o Um, o Todo, não explicam nada, eles é que devem ser explicados. Mesmo a Razão, que tem processos percorrendo todas as espécies de linhas de um dispositivo, é transcendente a este. Não há sujeito fundador

que legitimaria todos os dispositivos, mas tampouco é possível uma alienação da razão na catástrofe que a extinguiria. Essa imanência absoluta dos dispositivos vai de encontro ao diagnóstico de Agamben, segundo o qual a configuração atual dos dispositivos gerou uma máquina governamental que gira em vão e “assumiu sobre si a herança de um governo providencial do mundo que, ao invés de salvá-lo, o conduz à catástrofe”¹⁴.

A outra consequência é a apreensão do novo. E é talvez aqui que se encontre a real possibilidade da “profanação” dos dispositivos. Para Deleuze, todo dispositivo detém uma capacidade criativa e cada época suas formas de produzir o novo. “As subjetivações modernas não se assemelham mais às dos gregos do que às dos cristãos, assim como a luz, os enunciados e os poderes”¹⁵. Nos dispositivos, a história e o novo coexistem.

A análise do arquivo torna-se então uma região privilegiada, permitindo-nos confrontar o desconhecido que bate à porta. O arquivo é um dispositivo presente em todos os dispositivos como história daquilo que é mas vai deixando de ser: o arquivo é o próprio devir. É necessário retomar, em *A arqueologia do saber*, uma passagem de Foucault que, segundo Deleuze, define toda a sua obra. Segundo Foucault, deve-se distinguir o arquivo (a história do que somos e deixamos de ser) do atual (o novo, o que vamos nos tornando) em cada um dos dispositivos em que estamos imersos. A análise das linhas de passado que compõem a história proporcionam o diagnóstico do atual, das linhas de futuro do devir. Diagnosticar não é prever o que virá, estabelecer nossa identidade através de um jogo de distinções, mas sim desprender-se das continuidades que nos limitam, estabelecer justamente que “somos diferença, que nossa razão é diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras”¹⁶.

Quando Foucault descrevia os arquivos das sociedades soberanas e das sociedades disciplinares ele já vislumbrava o surgimento da sociedade de controle. A grande tarefa que Foucault deixou para os filósofos que o seguiram é a investigação das

¹⁴ AGAMBEN, *O que é o contemporâneo e outros ensaios*, p. 50.

¹⁵ DELEUZE. *Two regimes of madness*, p. 345.

¹⁶ FOUCAULT. *Arqueologia do saber*, p. 151. A análise do arquivo como abertura do novo nos dispositivos pode ser percebida no contexto literário contemporâneo através das chamadas “ficções do arquivo”. Essas ficções, surgidas em meados da década de 80 mas com raízes em toda a história da literatura, dramatizam o arquivo em forma de documentos, bibliotecas, museus, objetos, e criam tramas e personagens ficcionais que se misturam à ocorrências e figuras históricas. Ao abordar o passado de forma ficcional e o dessacralizando, essas ficções “profanam” o arquivo, percorrem-no com as mãos sujas do tempo presente e abrem assim possibilidades tanto de novas interpretações de fatos históricos quanto da produção de novas subjetivações em devir. O arquivo da história é analisado de forma a constituir o atual através da ficção. Cf. MARQUES. *Ficções do arquivo e o literário contemporâneo*.

transformações e variações dos modos de subjetivação e seus dispositivos correspondentes. A profanação de Agamben é, desse ponto de vista, a constatação da possibilidade de fazer emergir o sujeito nos dispositivos contemporâneos.

O dispositivo de Michel Serres: a tecnologia como resistência

Michel Serres, em *A Polegarzinha*, estuda as alterações que as novas tecnologias causaram em nossa sociedade (principalmente em relação à educação) e o advento de uma nova geração que ele denomina “Polegarzinha” em referência ao ágil uso de dispositivos móveis que permitem aos estudantes de hoje acessarem o conhecimento (e os arquivos) de qualquer lugar e a todo momento. Esses jovens, meninos e meninas que já nascem afastados da geração dos pais, têm acesso à informação antes mesmo de frequentar uma sala de aula, algo inimaginável no passado. O arquivo já está disseminado sem que haja necessidade da mediação de autoridades que o legitimem.

Serres traça um paralelo entre o surgimento da impressão e o das mídias atuais. Para o filósofo, com a impressão de livros e a invenção da imprensa, a necessidade de se arquivar no cérebro um conjunto infinito de informações deixa de existir, embora surja a nova necessidade de arquivos arquitetônicos, ou seja, das bibliotecas, dos museus etc. e, além disso, de professores e especialistas que detenham os livros e com eles o conhecimento. O arquivo exterioriza-se, deixa o cérebro para imprimir-se em papéis e ser estocado em locais estabelecidos. Na era da internet a informação dos arquivos já está toda ali, ao alcance dos polegares frenéticos, em computadores, celulares, tablets. A cabeça da Polegarzinha está vazia, e é nesse vazio que surge a possibilidade da criação e da novidade. Esse novo arranjo da informação (e do cérebro) em um dispositivo exterior leva à descentralização do aprendizado, antes alojado especificamente em estruturas como universidades e escolas, e à desnecessidade de professores “porta-vozes”, arquivos vivos, legitimadores e detentores do conhecimento.

Para Serres, é uma parte da sociedade e seus interlocutores (entre estes, os filósofos) que ainda não se adaptaram à nova mudança e ao aparecimento da Polegarzinha. Criticam as redes sociais e as amizades virtuais da Polegarzinha, mas fazem isso justamente por não compreenderem a nova organização social e os

dispositivos diferentes dos quais a velha geração está acostumada, ou seja, casamentos, igreja, partidos políticos. Há uma tentativa de submeter a Polegarzinha ao espaço do que Serres chama de “instituições-caverna”: espaços delimitados, hierarquizados; mas a própria lógica da rede à qual pertence a nova geração impede que os compartimentos da velha sociedade sejam ocupados¹⁷.

Em contraste com Giorgio Agamben, o pensamento de Michel Serres é otimista. Os aparatos tecnológicos são vistos não como inimigos e sim como aliados contra o poder das instituições e o saber dos porta-vozes; os dispositivos não apenas produzem sujeitos, mas também se tornam extensão do próprio corpo e mesmo do pensamento que, livre e vazio de informações desnecessárias, está pronto para o criativo e o novo. Em oposição aos que lamentam a perda da memória, da erudição, da capacidade de calcular do homem moderno, Serres se mostra esperançoso de que, com a extinção de funções inúteis, outras habilidades e formas de uso do pensamento comecem a surgir. Como o homem primitivo, que ao se tornar bípede libera a boca da tarefa de capturar as coisas e aprende a falar, o homem moderno está pronto para progredir com o auxílio da tecnologia.

Assim, os dispositivos tecnológicos e o arquivo hoje podem servir de arma contra outros dispositivos. Contra a educação retrógada e detentora da verdade, a internet surge como possibilidade de questionamento e autonomia; contra o dispositivo midiático, as redes sociais e os blogs proporcionam uma linha de fuga poderosa. Mesmo a indústria capitalista sofre golpes duros quando o internauta baixa um “arquivo” ao invés de comprá-lo. Isso não quer dizer, porém, que os dispositivos tecnológicos e a nova configuração do arquivo sejam inofensivos. As relações de poder ainda os trespassa e seria ingenuidade acreditar que, dados como são, estejam prontos para serem usados em oposição ao controle da sociedade moderna.

Os dispositivos servem a muitos mestres. Da mesma forma que possuem a função de controlar e subjugar os sujeitos, possibilitam também linhas de fuga e subjetivação. Temos hoje a internet e o arquivo como formas híbridas que atravessam todos os dispositivos. Ambos servem ao poder e ao controle, seja através dos enormes bancos de dados governamentais, das redes sociais que sujeitam os indivíduos à vigilância diária de outros indivíduos, da disseminação de informações falsas e ofertas de produtos em cada página em que se navegue. Mas também é através da internet que

¹⁷ Cf. SERRES. *A Polegarzinha*.

foram divulgados recentemente os dossiês (arquivos) sobre espionagem envolvendo o governo dos E.U.A; são pelas mesmas redes sociais controladoras é que se organizam manifestações; são os downloads ilegais que permitiram a saída ao esquema poderoso das grandes gravadoras e indústria do entretenimento em geral.

Há em nosso tempo (como em qualquer outro) usos e tipos de dispositivos capazes de gerar modos de subjetivação. E essa outra faceta do dispositivo abre suas possibilidades de funcionamento na sociedade de controle. Permeia boa parte do pensamento contemporâneo um pessimismo tácito em relação às novas tecnologias, mas é justamente nelas que talvez seja possível fugir ao poder e ao controle. Obviamente, seu uso não pode ser inocente. É necessário retirá-las da posição dominante, “profaná-las”. Como diz Deleuze em relação a passagem do regime disciplinar ao regime do controle, “não se deve perguntar qual regime é mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e sujeições (...) Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”¹⁸.

Bibliografia:

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Trad. Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2ª ed., 2010.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Cláudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Two regimes of madness*. Ed. David Lapoujade, trad. Ames Hodges e Mike Taormina. New York: Semiotext(e), 2006.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: editora UFMG, 2011.

¹⁸ DELEUZE. *Conversações*, p. 224.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª ed., 1985.

MARQUES, Reinaldo. *Ficções do arquivo e o literário contemporâneo*. Texto distribuído em sala de aula como material da disciplina “Ficções do arquivo” do curso de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG. Março a Junho de 2015.

SERRES, Michel. *Polegarzinha*. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2013.

VIRNO, Paolo. *El recuerdo del presente: ensayos sobre o tiempo histórico*. Trad. Eduardo Sadier. Buenos Aires: Paidós, 2003.